

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA LEI 11.196/05 (LEI DO BEM)¹

Rodrigo dos Santos Viana²

Eduardo Gomes Plastina³

RESUMO

Este tem como objetivo conhecer a produção científica feita acerca da Lei nº 11.196/2005, mais conhecida como Lei do Bem em duas bases de dados: LUME UFRGS e Portal de Periódicos da CAPES. Nos artigos científicos da CAPES, buscou-se saber a quantidade de autores por trabalho, a quantidade de publicações por ano, a titulação dos mesmos, a instituição de ensino superior que estão vinculados, a metodologia de pesquisa utilizada e as referências mais utilizadas. Já no Repositório Digital LUME UFRGS, buscou-se saber a área do conhecimento à qual os trabalhos estão inseridos, o tipo de trabalho. Para a realização desse estudo, foi feita uma pesquisa descritiva, tanto qualitativa quanto quantitativa. E para a coleta de dados foi feita uma pesquisa bibliográfica. Os resultados apontaram que o ano que mais teve trabalhos científicos foi em 2015, nas duas bases de dados. A maior produção científica é feita por Doutores, Mestres, Mestrandos e Doutorandos. No Portal de Periódicos da CAPES, a Universidade que mais teve publicações foi a Universidade de São Paulo e 36,36% dos trabalhos foi feita por 4 autores. Já no LUME UFRGS, há uma amostra maior de trabalhos sobre o assunto pesquisado e em 3 diferentes áreas do conhecimento, quais sejam: Ciências Sociais Aplicadas, Engenharia e Ciências Humanas. Sendo que cada área trouxe um ponto de vista sobre a inovação que a Lei do Bem trouxe para o desenvolvimento do país. Com isso, foi possível conhecer o perfil de pesquisa acerca da Lei do Bem.

Palavras-chave: Produção Científica, Lei do Bem, pesquisa bibliográfica.

ANALYSIS OF THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF LAW 11.196 / 05 (LAW OF GOOD)

ABSTRACT

The purpose of this paper is to know the scientific production about Law 11,196 / 2005, better known as the Law of Good in two databases: LUME UFRGS and CAPES Portal of

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2016, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (rsantosviana@gmail.com)

³ Orientador. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP). Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS (

Periodicals. In the scientific articles of CAPES, it was sought to know the number of authors per work, the number of publications per year, their titles, the institution of higher education they are linked to, the research methodology used and the most frequently used references. Already in the Digital Repository LUME UFRGS, it was sought to know the area of knowledge to which the works are inserted, the type of work. For the accomplishment of this study, a descriptive research was done, both qualitative and quantitative. And for the collection of data a bibliographical research was done. The results showed that the year that had the most scientific work was in 2015, in both databases. The highest scientific production is made by Doctors, Masters, Master's and Doctoral students. In the Portal of Periodicals of CAPES, the University that most had publications was the University of São Paulo and 36,36% of the works was done by 4 authors. Already in the LUME UFRGS, there is a greater sample of works on the subject researched and in 3 different areas of knowledge, namely: Applied Social Sciences, Engineering and Human Sciences. As each area brought a point of view on the innovation that the Law of Good brought to the development of the country. With this, it was possible to know the research profile about the Law of Good.

Key words: Scientific Production, Law of Good, bibliographic research.

1 INTRODUÇÃO

As companhias buscam aumentar sua competitividade através de diversos meios, utilizam de boas práticas de gestão e melhorias em controles são exemplos. Além disso, ter um bom planejamento tributário é fundamental para empresas desde o menor porte, até as empresas de capital aberto. Conhecer a legislação tributária e suas atualizações fazem parte da rotina do profissional contábil, o qual deve estar sempre atento aos benefícios e incentivos fiscais concedidos, pelas esferas do Governo, à empresa. Santos (2016) afirma que:

Com esses incentivos fiscais, as empresas ganham um fôlego no caixa, pois o dinheiro que deveria ser destinado ao pagamento de algum imposto pode ter um rumo mais estratégico. O empreendedor pode começar a investir na aquisição de novos equipamentos, ampliação da produção, treinamento e tantos outros itens que contribuirão para o crescimento do negócio.

Os diversos incentivos fiscais existentes são usados para estimular determinados setores da economia ou então atividades que são necessárias para o desenvolvimento do país, Endeavor (2015) conceitua incentivos fiscais como “[...]benefícios relacionados à carga tributária concedidos pela administração pública a certas empresas com o objetivo de

estimular um setor específico ou atividade econômica determinada. Podem ter a forma de redução de alíquota do imposto, de isenção, de compensação etc.”

O incentivo fiscal que é tratado no presente estudo está regulamentado na Lei nº 11.196, mais conhecida como Lei do Bem, a qual traz benefícios fiscais a empresas que invistam em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Essa lei tem apenas 11 anos e os benefícios vêm sendo aproveitados desde 2006.

Considerando os impactos positivos que os benefícios fiscais podem trazer para os negócios e também para a economia e tomando conhecimento de que há uma Lei recente que trata desses benefícios, esse estudo propõe-se a responder a seguinte questão problema: Qual foi a produção científica acerca da Lei do Bem, a partir da data da sua publicação?

Para se atingir uma resposta à questão problema são propostos os objetivos geral e específicos. O objetivo geral desta pesquisa fundamenta-se em mapear as pesquisas feitas sobre a Lei do Bem em duas bases de dados: LUME UFRGS e Portal de Periódicos da CAPES e conhecer o perfil científico das pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentado o embasamento teórico para a realização da pesquisa. Portanto, será apresentada a importância da inovação para a economia e posteriormente a conceituação do lucro real, pois somente empresas tributadas pelo lucro real podem obter os incentivos advindos da Lei do Bem. E por fim, a Lei do Bem e os benefícios que ela pode trazer para as empresas beneficiadas.

2.1 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Joseph Alois Schumpeter, austríaco, o qual foi professor da Universidade de Harvard, desenvolveu a teoria da Inovação e foi um dos economistas mais importantes do século XX. Schumpeter descreve que não há desenvolvimento econômico sem melhoria nas condições sociais da população e a inovação proporciona aumento na produção nos salários e na distribuição de renda. Schumpeter (1928), ainda, avalia que:

As inovações no sistema econômico não aparecem, via de regra, de tal maneira que primeiramente as novas necessidades surgem espontaneamente nos consumidores e então o aparato produtivo se modifica sob sua pressão. Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os

consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que deferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar.

Portanto, as empresas, inicialmente, devem propor novos produtos à sociedade para que haja desenvolvimento econômico. Schumpeter (1928) propõe que o crescimento é dado pela seguinte forma:

- 1) Introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem.
- 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em uma nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria.
- 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não.
- 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada.
- 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

2.2 LUCRO REAL

A Lei que é o objeto dessa pesquisa destina incentivos fiscais às empresas que investem em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. O lucro real é (CRC PR, 2012) “o lucro líquido apurado na escrituração contábil com observância das normas da legislação comercial, ajustado no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), pelas adições, exclusões e compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária”. Não obstante, cabe destacar que somente empresas do Lucro Real podem obter esse benefício conforme a legislação do Imposto de Renda (Brasil,1998):

Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:

- I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;
- II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

- III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

2.2.1 Incentivos Fiscais

Conforme já foi abordado, a inovação tecnológica traz desenvolvimento para um país. Para que a inovação seja estimulada, o Estado pode ofertar incentivos fiscais para que incentive esse desenvolvimento, conforme corrobora Fabretti (2013) “para atingir outros fins de interesse do Estado, este pode abrir mão de parte da arrecadação, a fim de incentivar determinadas atividades (ex.: desenvolvimento tecnológico industrial)”.

2.3 LEI DO BEM

Uma vez que a Inovação gera benefícios para a economia, conforme explanado acima, o Governo Brasileiro tomou iniciativas para incentivar a Inovação nas empresas privadas. A Lei do Bem (Lei 11.196/2005) propõe incentivos fiscais para estimular a inovação tecnológica. Sendo que a Lei define inovação tecnológica como “a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado” (BRASIL, 2005). A definição dada pela Lei se assemelha à proposta por Schumpeter.

Os incentivos fiscais à inovação tecnológica estão listados abaixo, conforme o artigo 17 da Lei do Bem (Brasil, 2005):

- I - dedução, para efeito de apuração do lucro líquido, de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ ou como pagamento na forma prevista no § 2º deste artigo;
- II - redução de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico;
- III - depreciação integral, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do IRPJ e da CSLL;
- IV - amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período de apuração em que forem efetuados, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa

tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis no ativo diferido do beneficiário, para efeito de apuração do IRPJ;

VI - redução a 0 (zero) da alíquota do imposto de renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.

O ano de 2014 foi o último ano em que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação divulgou o relatório anual demonstrando a utilização dos benefícios trazidos pela Lei do Bem. Nesse mesmo ano, 1.008 empresas atenderam as exigências da Lei do Bem, além disso, houve mais empresas participantes, ao mesmo tempo em que houve um aumento no valor nos investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação (MCTI, 2015), em relação ao ano anterior.

O Ministério destaca, ainda, (MCTI, 2015):

“Apesar do aumento nos investimentos, o aumento de número de empresas, por si só, comprova que o setor industrial brasileiro continua acreditando que investir em P, D & I seja uma das alternativas mais atraentes para enfrentar as diversas mudanças que ocorrem no cenário econômico internacional”.

A Tabela 1 apresenta o valor total investido, em Reais, em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) no ano de 2014.

Tabela 1 – Investimentos realizados pelas empresas em P, D & I por região no Brasil

Região	Despesas de custeio	Despesas de Capital	Total dos investimentos
Norte	396.476.483,59	1.915.206,01	398.391.689,60
Nordeste	229.524.310,99	1.033.603,17	230.557.914,16
Centro-Oeste	146.618.458,04	6.065.330,54	152.683.788,58
Sudeste	6.860.270.384,23	107.265.746,94	6.967.536.131,17
Sul	1.481.411.894,40	22.047.460,48	1.503.459.354,88
Total	9.114.301.531,25	138.327.347,14	9.252.628.878,39

Fonte: MCTI (2015)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Com relação à abordagem do problema, a pesquisa é tanto quantitativa quanto qualitativa. A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos

estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. (RAUPP, BEUREN, 2008, p. 92). E essa abordagem será utilizada na elaboração de gráficos e percentuais para fazer a classificação da bibliografia encontrada. Com relação à abordagem qualitativa, será utilizada para identificar os temas pesquisados. Oliveira (2011, p 82), destaca que estudos com metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de suas variáveis entre si e com o todo.

De acordo com os objetivos, o estudo é classificado como descritivo. “Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador” (ALMEIDA, 1996, p. 104). Esse estudo irá apenas registrar o que foi pesquisado sobre o assunto, portanto é um estudo descritivo.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos utilizados, será uma pesquisa bibliográfica. “[...] É por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente” (RAUPP, BEUREN, 2008, p. 92). Como se deseja conhecer a produção científica da Lei do Bem, este estudo classifica-se como pesquisa bibliográfica.

Para a realização do estudo foram utilizadas duas bases de dados: o Portal de Periódicos da CAPES e o LUME UFRGS (Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), o qual “é o portal de acesso às coleções digitais produzidas no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão” (LUME UFRGS, 2016). Nessas duas bases de dados foi realizada a busca pela palavra-chave “lei do bem” para compor a base de dados do estudo. No Portal de Periódicos da CAPES, a busca retornou apenas 21 resultados, os quais seus conteúdos foram analisados, assim como foi verificado se realmente eram artigos publicados em periódicos. E apenas 11 artigos foram extraídos para análise, a qual será feita na seção 4. Por outro lado, no LUME UFRGS foi feita a busca também pela palavra-chave “lei do bem” e foram retornados 189 resultados. Desse universo, a maioria dos resultados não se tratava efetivamente da lei do bem, pois essa base de dados ignora o termo “do”, portanto todos os documentos que continham a palavra “lei” eram apresentadas no resultado da busca. Foi feita análise de todos os resultados e foram extraídos 57 trabalhos científicos, dentre esses estão inclusos: Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses, a análise da produção científica também será feita na seção 4.

4 ANÁLISE DE DADOS

Esta seção está dividida em duas subseções que irão apresentar a análise de dados das duas bases de dados utilizadas na pesquisa.

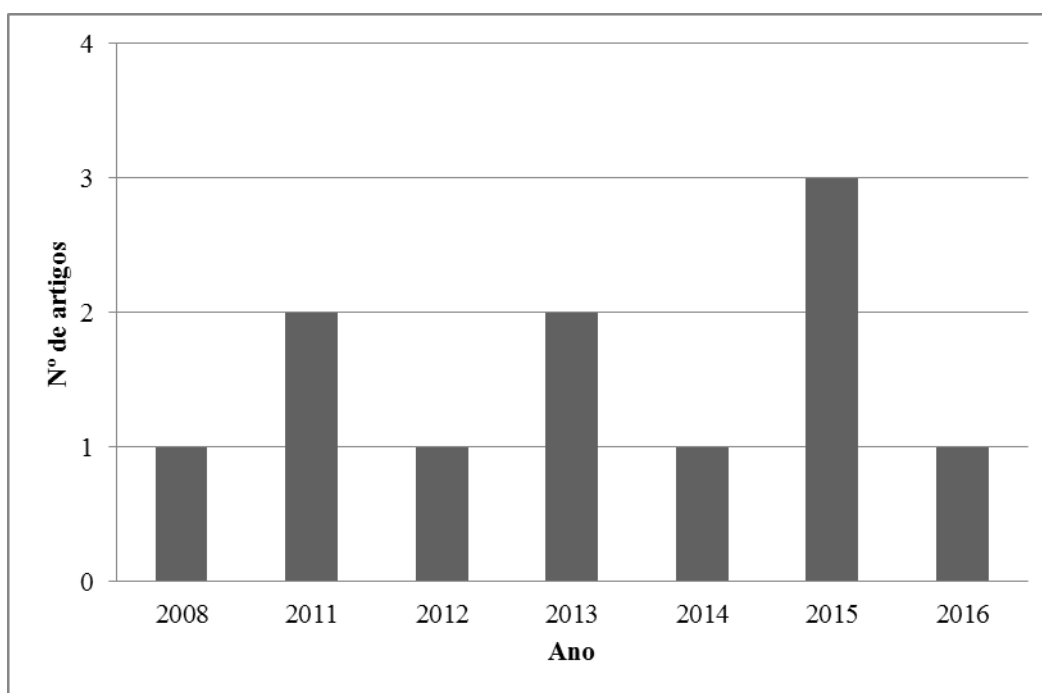
4.1 ANÁLISE DE DADOS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES

Nesta subseção será apresentada a análise de dados somente do Portal de Periódicos da CAPES.

4.1.1 Publicações por ano

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de publicações por ano, sendo que o total de publicações foi 11.

Gráfico 1 – Número de publicações por ano



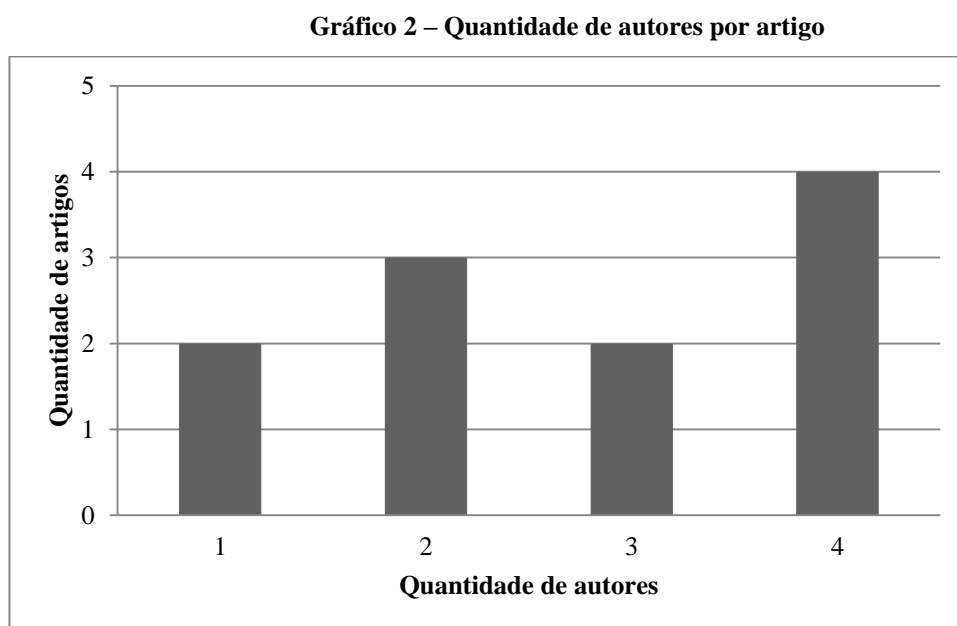
Fonte: Elaborado pelo autor.

A média de publicações é 1,57 artigos por ano, e o único ano que teve a maior quantidade de publicações foi 2015. E nos anos 2006, 2007, 2009 e 2010, que não apareceram no gráfico não houve publicações. A Lei do Bem foi publicada em 2005 e os incentivos

fiscais poderiam ser aproveitados a partir de 2006, portanto somente há publicações nos últimos 11 anos.

4.1.2 Autores por artigo

O Gráfico 2 mostra a quantidade de autores por publicação.



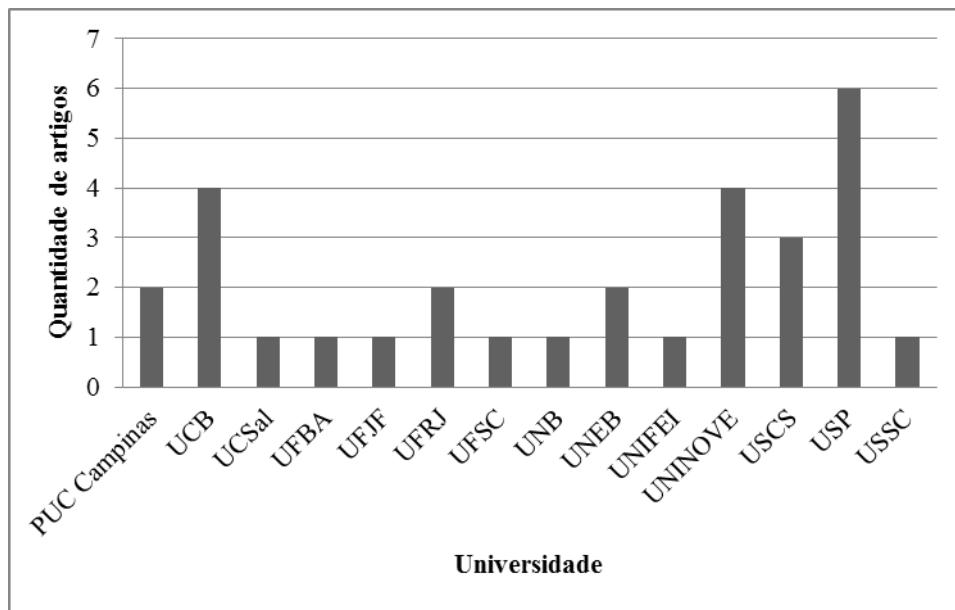
Fonte: Elaborado pelo autor.

A maior parte dos artigos, que representam 36,36% da amostra, foi produzida por 4 autores. Houve a produção de dois artigos tanto por 1 autor quanto por 3 autores. A produção de artigos por 2 autores demonstra a relação entre estudante e professor, o artigo de Lopes e Beuren (2016), por exemplo, foi produzido por um mestrando e por uma doutora em Contabilidade. Da mesma forma que o artigo de Bahia e Sampaio (2015) foi elaborado por uma doutoranda e um doutor em Economia.

4.1.3 Universidade dos autores

A amostra é composta por 11 artigos, que foram produzidos por 30 autores. Nem todos os artigos foram produzidos por autores da mesma Universidade. Portanto, foi verificada a instituição que cada autor declarou na publicação. O gráfico 3 apresentará a quantidade de autores por universidade, a qual consta nos dados do artigo.

Gráfico 3 – Universidade dos autores



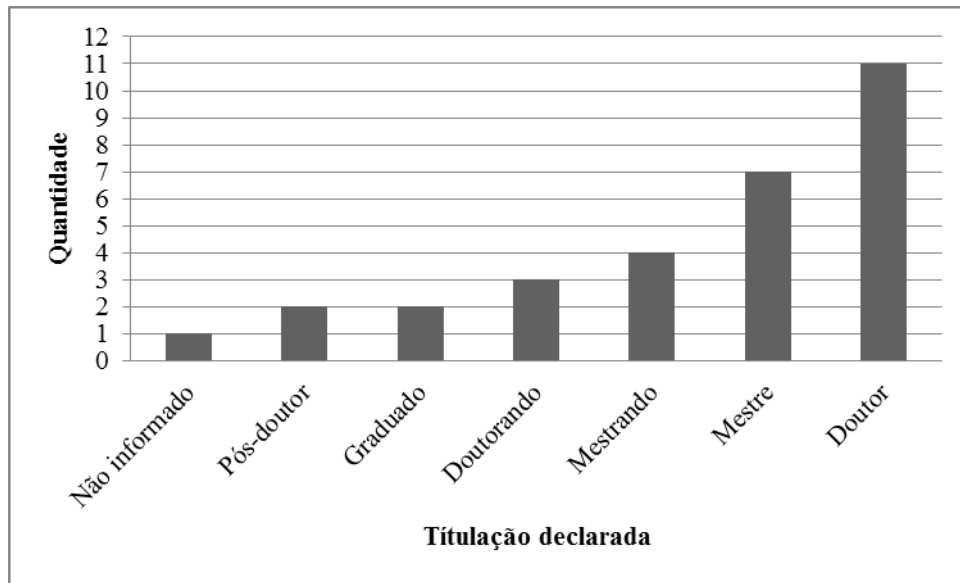
Fonte: Elaborado pelo autor.

A Universidade com a maior quantidade de autores que declararam vínculo é a USP, com 6 autores. Dentre a amostra, 4 artigos foram produzidos por autores com vínculo a essa instituição. Há 4 autores tanto da universidade UCB (Universidade Católica de Brasília) quanto da UNINOVE (Universidade Nove de Julho), porém foi produzido apenas um artigo, de quatro autores, por essas duas instituições.

4.1.4 Titulação dos autores

Com relação aos autores, ainda, o Gráfico 4 irá apresentar a titulação declarada pelos autores na época à publicação. Houve dois autores que não mencionaram no artigo sua titulação, porém foi encontrada no seu currículo *lattes*. Um autor não declarou sua titulação e não possui currículo *lattes* cadastrado, portanto consta no Gráfico como “não informado”.

Gráfico 4 – Titulação dos autores



Fonte: Elaborado pelo autor.

A maioria dos autores (11) possui Doutorado, seguido de 7 Mestres e há apenas 2 pós-doutores. Os dados evidenciados no gráfico acima confirmam o que demonstrou a pesquisa de Silva, Oliveira e Filho (2005), a qual fez uma comparação da produção científica da Revista Contabilidade & Finanças – USP em dois períodos distintos, e também concluiu que a maior produção científica é feita por Doutores, Mestres, Mestrandos e Doutorandos.

4.1.5 Metodologia das pesquisas

Foram buscadas informações com relação à metodologia utilizada nos artigos no que tange: a abordagem do problema, quanto aos procedimentos, quanto aos objetivos e os métodos de coleta e análise de dados. Somente foram considerados os artigos que explicitavam claramente a metodologia utilizada. Os que não apresentavam a metodologia apresentada considerou-se como “Não Especificou”, para que não fossem feitas conclusões equivocadas.

Tabela 2- Metodologia utilizada nos artigos

Metodologia da pesquisa quanto à abordagem do problema	
Qualitativa e Quantitativa	1
Qualitativa	3
Quantitativa	2
Não Especificou	5
Σ	11
Metodologia da pesquisa quanto aos procedimentos	
Análise Exploratória de Dados Espaciais	1
Bibliográfica	2
Estudo De Caso	1
Não Especificou	5
Pesquisa Documental	1
Survey, Entrevistas e Documental	1
Σ	11
Metodologia de pesquisa quanto aos objetivos	
Descritiva	1
Exploratória	2
Não Especificou	8
Σ	11
Metodologia de coleta de dados	
Documental	3
Documental e Entrevistas	1
Não Especificou	6
Questionários e Entrevistas	1
Σ	11
Metodologia de análise de dados	
Análise Econométrica	2
Não Especificou	8
Regressão Linear	1
Σ	11

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Com relação à tipologia das pesquisas quanto a abordagem do problema Raupp e Beuren (2008, p. 93) destacam que “é bastante comum o uso da abordagem qualitativa como tipologia de pesquisa”, o que se confirma nesse estudo em que 27,27% dos artigos ter apresentado esse método. Em seguida, 18,18% da amostra utilizou-se de pesquisa quantitativa. E apenas 1 artigo deixou claro que foi utilizada tanto a análise qualitativa quanto a

quantitativa. Contudo, 45,45%, a maior parcela da amostra, não deixou claro o método utilizado.

No tocante aos métodos em relação aos objetivos, dois artigos (18,18%) utilizaram o método bibliográfico. No estudo de Pinheiro *et al* (2014) foi feita uma análise da produção científica sobre inovação na base de dados Scielo o que reflete a utilização método bibliográfico. E 5 artigos (45,45%) não deixaram clara a metodologia utilizada

Quanto aos objetivos, 72,72% (8 trabalhos) da amostra não especificou o método utilizado, entretanto duas pesquisas apresentaram o método exploratório. E apenas uma pesquisa foi descritiva, que é o estudo de Lopes e Beuren (2016), que estudou os elementos de inovação evidenciados no Relatório de Administração de empresas brasileiras.

No que se refere ao método de coleta de dados, mais da metade (54,54%) dos artigos também não especificou o método utilizado. Contudo, 3 (27,27%) artigos deixaram claro que a coleta de dados foi feita a partir de documentos. Um desses é o estudo de Bahia e Sampaio (2015) que estudou o comportamento da inovação e utilizou-se de dados do IBGE. Já a pesquisa de Pinheiro *et al* (2014) fez uma pesquisa documental em artigos já publicados na base Scielo e por fim, o estudo de Lopes e Beuren (2016) que utilizou Relatórios da Administração para coleta de dados na pesquisa.

Houve dois artigos que fizeram o uso de dois métodos de coletas de dados. Ambos se utilizaram de entrevistas, porém um deles também elaborou um questionário enquanto o outro fez pesquisa documental. No estudo de Brescansin *et al* (2015), o qual utilizou pesquisa documental e entrevistas, foi feita a utilização de relatórios de sustentabilidade (viés documental) e entrevistas com as mesmas empresas de tiverem seus relatórios consultados.

Ao considerar a metodologia de análise de dados, mais uma vez, uma quantidade expressiva de artigos não especificou o método utilizado, que foram 8 (72,72%). Porém, 2 (18,18%) estudos utilizaram-se de análise econométrica para analisar os dados, que foram os estudos de Zucoloto *et al* (2013) e o de Bahia e Sampaio (2015) que verificaram de que forma a economia foi impactada pela promoção de inovação feita por parte do Governo através da Lei do Bem. E houve apenas um artigo que analisou os dados através de regressão linear, que foi o estudo de Costa e Bianchini (2008) que tinha como objetivo “analisar a evolução de demanda da Internet em diversos cenários”. E a regressão linear foi utilizada no sentido de gerar previsões de demanda.

4.1.6 Referências mais utilizadas

A Tabela 3 apresentará as referências mais utilizadas nos artigos. Bem como a quantidade de utilizações e a edição mais antiga da obra. Para elaboração da tabela foram verificadas as referências utilizadas em todos os artigos e quais apareciam em mais de um estudo.

Tabela 3 – Referências mais utilizadas

Referência	Quantidade de utilizações	Edição mais antiga utilizada
Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Manual Frascati.	3	2002
BRASIL. Lei do Bem (Lei nº 11.196).	3	2005
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Inovação (PINTEC).	3	2000
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Manual de Oslo.	3	1992
BARDIN, L. Análise de conteúdo.	2	1979
BRASIL. Lei da Inovação (Lei nº 10.973).	2	2004
DOSI, G. Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation.	2	1988
GUIMARÃES, E. Políticas de inovação: financiamento e incentivos.	2	2006
Gujarati, D. N. Econometria básica.	2	2000
Pacheco, C. A. As reformas da política nacional de ciência, tecnologia e inovação no Brasil.	2	2003
SCHUMPETER, J.A. A teoria do desenvolvimento econômico.	2	1961

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa (2016).

Uma das referências mais utilizadas foi o Manual Frascati, o qual foi publicado em 2002 pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico possui uma forte ligação com a Lei do Bem, o que é confirmado por Muraki (2014):

O Manual de Frascati é um documento que traz a metodologia para o fomento da Pesquisa e Desenvolvimento. Suas definições são aceitas em todo o mundo e seus princípios utilizados como base para diversas leis de incentivo econômico, tais como Lei do Bem, Lei da Informática, dentre outras.

Todos os artigos falaram da existência da Lei do Bem, mas nem todos utilizaram o texto legislativo como referência. O presente estudo já apresentou sucintamente essa Lei.

A Pesquisa de Inovação, PINTEC, “tem por objetivo a construção de indicadores setoriais nacionais e, no caso da indústria, também regionais, das atividades de inovação das empresas brasileiras, comparáveis com as informações de outros países” (IBGE, 2016). E também apareceu em mais de um artigo, sendo que seus dados foram utilizados para análises do impacto da inovação no país.

O Manual de Oslo é (FINEP, 2002) “a principal fonte internacional de diretrizes para a coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras da indústria” e foi utilizado em dois artigos. Esse manual também traz a definição do que inovação e se aproxima muito do que foi proposto por Schumpeter. Ressalta-se ainda que o livro “A teoria do desenvolvimento econômico” de Schumpeter consta em dois artigos.

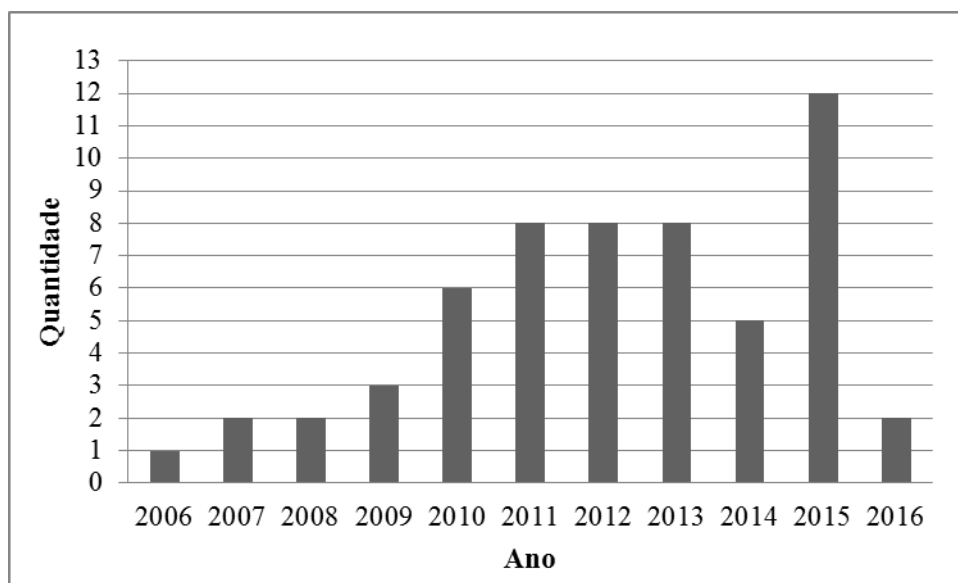
Outras referências utilizadas foram as de BARDIN (2), DOSI (2), GUIMARÃES (2), GUJARATI (2) e PACHECO (2). As quais possuem um conteúdo mais econômico e evidenciam o caráter dos artigos que compõem a amostra.

4.2 ANÁLISE DE DADOS NO REPOSITÓRIO DIGITAL LUME UFRGS

Será feita a análise dos trabalhos que disponíveis no repositório de dados LUME UFRGS. Da mesma forma que foi procurado pelo termo “Lei do Bem” no Portal de Periódicos da CAPES, foi feita essa mesma busca no LUME UFRGS, desse resultado foram extraídos 57 trabalhos, uma análise das características dos trabalhos serão apresentadas nesta seção.

4.2.1 Trabalhos por ano

O gráfico 5 apresentará a quantidade de trabalhos produzidos por ano. Não há distinção entre o nível do trabalho, sendo que pode ser Trabalho de Conclusão de Graduação, Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, Artigos de Periódicos, Dissertações e Teses.

Gráfico 5 – Trabalhos por ano

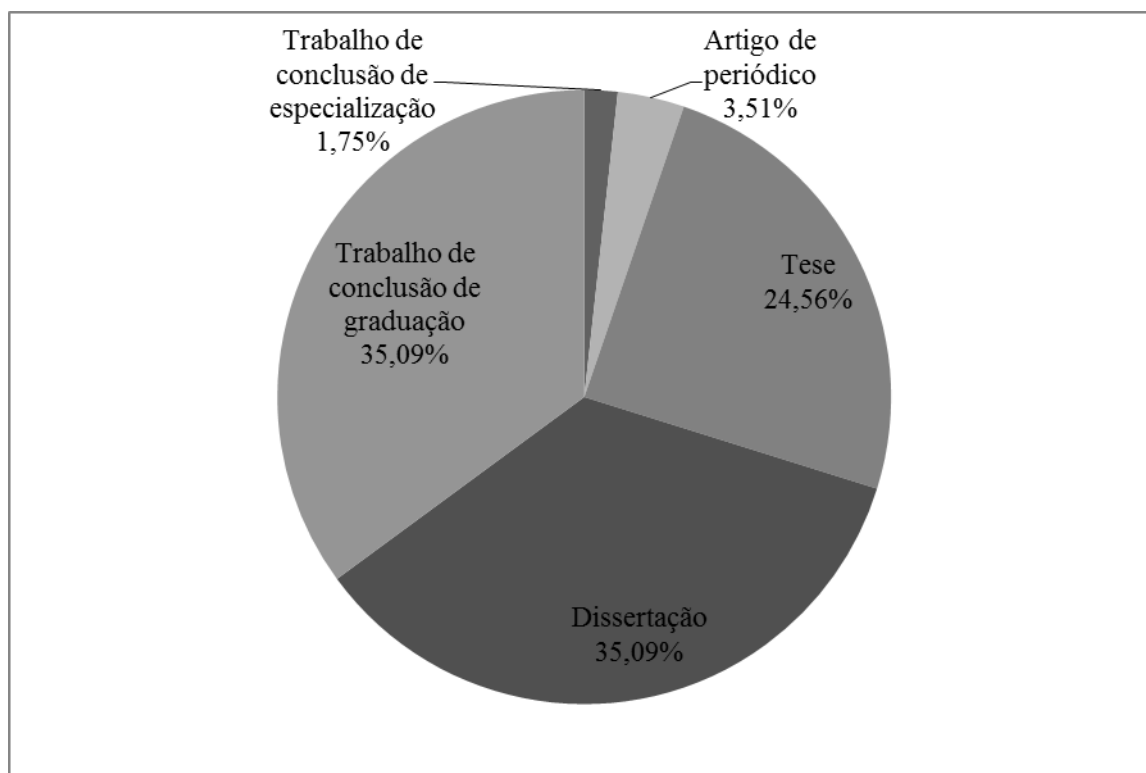
Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Após a publicação da Lei do Bem e da possibilidade do uso de incentivos fiscais, ano de 2006, já houve a produção científica sobre o texto da Lei. Observa-se que apesar de um crescimento na produção até o ano de 2012, houve uma diminuição na mesma em 2014. Em 2015, houve 12 trabalhos que citaram o texto da Lei e no presente ano, houve apenas 2 trabalhos.

Comparando-se os dados do Gráfico 5 com os resultados da pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES, observa-se que o ano de 2015 também foi o ano com maior produção científica. No LUME UFRGS foram 12 trabalhos.

4.4.2 Tipo dos Trabalhos

O Gráfico 6 apresenta o tipo do trabalho, conforme classificação feita pela própria base de dados.

Gráfico 6 – Tipo dos trabalhos

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2016).

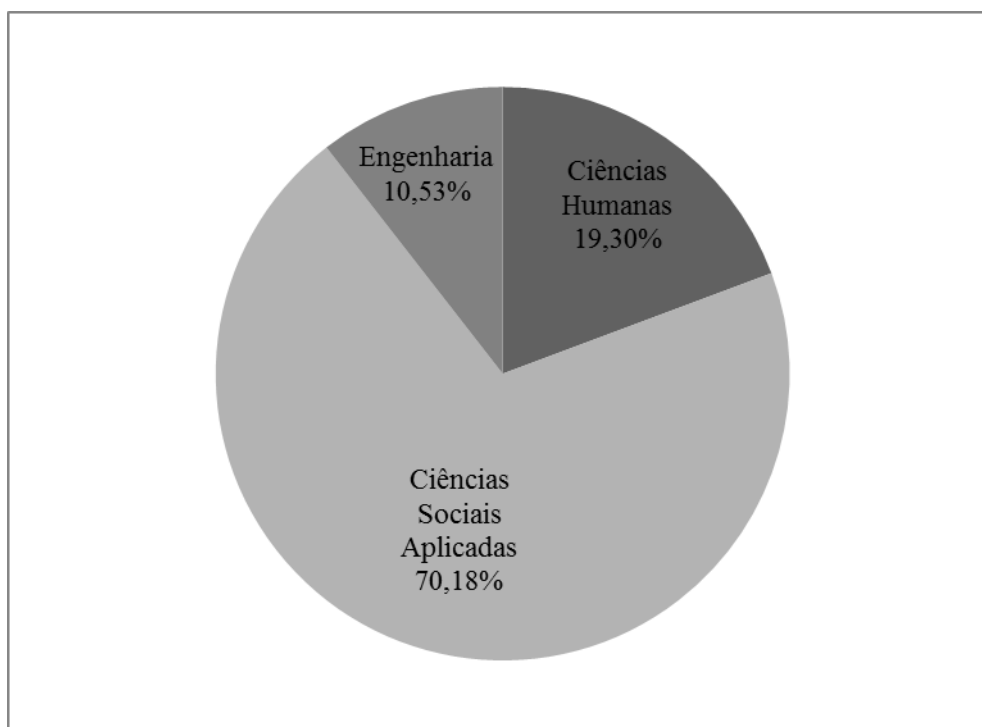
A maior parte da amostra, 34 (59,65%) trabalhos são teses e dissertações, o que demonstra um alto nível das pesquisas realizadas e estudos com assuntos mais específicos. A quantidade de trabalhos de conclusão de graduação (TCC) é a mesma de dissertações, sendo que os primeiros não possuem “o mesmo grau de exigência dos demais trabalhos de final de curso, como a monografia, a dissertação e a tese” (LONGARAY, BEUREN, 2008, p. 40).

Os TCCs, de modo geral, fizeram estudos com relação aos impactos que a Lei do Bem poderia trazer a uma empresa, ou seja, se há benefícios reais ao fazer a utilização dos incentivos fiscais para a empresa. Por outro lado, as dissertações e teses trouxeram estudos abordando os impactos trazidos pela Lei do Bem para economia brasileira, assim como verificaram se a inovação ocorreu de fato nos últimos anos. Um exemplo é a tese de Furno (2015), que tinha como um dos objetivos “verificar como a Lei do Bem, enquanto política pública, incentivadora de pesquisa e desenvolvimento para a inovação tecnológica na promoção de desenvolvimento econômico, foi utilizada no período de 2006 a 2012 pelas Regiões Brasileiras [...]”, contudo ao final da pesquisa uma das conclusões foi que “[...] a Lei do Bem ainda não se configura representativa, como política pública incentivadora de inovação tecnológica[...]”.

4.4.3 Trabalhos por área do conhecimento

O Gráfico 7 irá mostrar os trabalhos por área de conhecimento. As áreas de conhecimento são classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. O Gráfico 7 apresenta as Grandes Áreas em que estão concentrados os trabalhos objetos do estudo. A classificação por área foi feita conforme o programa de graduação ou pós-graduação para o qual o trabalho foi submetido. E no caso dos dois artigos de periódico, foi verificada a área dos periódicos.

Gráfico 7 – Trabalhos por área do conhecimento



Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2016).

Fica evidente que a maior parte dos trabalhos é das Ciências Sociais Aplicadas, que estão inclusas as subáreas: Administração, Ciências Contábeis, Economia e Comunicação Social. Na área da Administração, de modo geral, os estudos procuraram saber o impacto da inovação para as empresas, o que é confirmado na dissertação de Scherer (2013) que buscava “[...]avaliar o impacto dos incentivos fiscais à inovação sobre o desempenho inovativo das empresas beneficiárias”. Já na área da economia, os estudos visavam verificar o impacto da inovação, através da Lei do Bem, para a economia, tanto do Estado do Rio Grande do Sul como para o Brasil, um deles foi o estudo de Enderle (2012) que concluiu que “Os dados da

PINTEC para o Rio Grande do Sul demonstram os insuficientes esforços inovativos, com pouca importância e reduzidos dispêndios em atividades internas de P&D[...]”, os quais foram resultados semelhantes aos de Furno (2015).

Já na grande área das Ciências Humanas, que se enquadraram os trabalhos das subáreas de Geografia, Sociologia e Relações Internacionais, avaliaram as mudanças trazidas pela introdução da Lei do Bem por um ponto de vista diferente. Como exemplo, pode-se usar o estudo feito por Cazarotto (2011), que objetivava a análise de “[...] vetores de manifestação e difusão de Ciência, Tecnologia e Inovação na escala regional[...]”, contrariamente aos estudos de Furno (2015) e Enderle (2012), o estudo de Cazarotto (2011) teve como resultado, a partir dos dados da pesquisa que “[...]a regionalização das políticas territoriais em Ciência, Tecnologia e Inovação criou arranjos institucionais e ambientes facilitadores da inovação, nos quais as Universidades passaram a ter um papel central neste processo”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possuía como objetivo apresentar a Lei do Bem e conhecer os benefícios fiscais que a mesma pode trazer para as empresas. Além disso, o objetivo principal era verificar a produção científica que foi feita acerca da Lei em duas bases de dados: o Portal de Periódicos da CAPES e o LUME UFRGS.

No Portal de Periódicos da CAPES foi verificado um baixo número de artigos científicos sobre o assunto e como base para a pesquisa, foram verificados 11 artigos. A partir dos dados, verificou-se que o ano que obteve o maior número de publicações foi o ano de 2015 com 3 artigos. Nos anos de 2008, 2012, 2014 e 2016 houve apenas um artigo publicado e em 2006, 2007, 2009 e 2010 não houve publicações. Com relação a autoria dos artigos, não houve um autor que publicou mais de um artigo e 4 trabalhos tiveram quatro autores que foi a maior parte. E houve 3 trabalhos com 2 autores, que demonstra a relação estudante e professor. Ainda em relação aos autores, verificou-se a titulação dos mesmos que constava nos artigos publicados e 11 (36,66%) dos autores possui doutorado seguido de 7 (23,33%) Mestres, o que mostra um maior nível das publicações.

Ainda na mesma base de dados, a pesquisa buscou a Universidade à qual os autores declararam ligação. Seis autores estão ligados à Universidade de São Paulo, mostrando que essa universidade possui uma maior produção científica.

Em relação a metodologia de pesquisa utilizada nos trabalhos, em todos os desdobramentos da metodologia de pesquisa (quanto à abordagem do problema, quanto aos

procedimentos, quanto aos objetivos, métodos de coleta e análise de dados), a maioria dos estudos não especificou a metodologia utilizada. Entretanto, 27,27% dos estudos utilizou metodologia qualitativa, 18,18% apresentou método bibliográfico quanto aos procedimentos. No tocante aos objetivos, 72,72% da amostra não especificou a método utilizado e duas pesquisas apontaram o método exploratório. Quanto ao método de coleta de dados, o mais utilizado foi o método documental e duas pesquisas fizeram o uso de dois métodos de coleta de dados, sendo que uma utilizou entrevistas e documentos enquanto que a outra foi entrevistas e questionário. Quanto a análise de dados, a maior parcela da amostra não especificou o método utilizado, o que representou 72,72%. Porém 2 estudos fizeram o uso de análise econométrica e um artigo analisou os dados através de regressão linear.

Em relação às referências mais utilizadas nos artigos, não houve uma referência com destaque em número de utilizações. Houve 4 referências que apareceram três vezes em diferentes trabalhos, os quais foram o Manual Frascati, a Lei do Bem, a Pesquisa de Inovação e o Manual de Oslo. Essas referências demonstram a preocupação dos autores em evidenciar as definições da Lei do Bem não somente no Brasil, mas também no mundo, assim como utilizar-se de dados do Instituto Brasileiro de Geografia para embasar o estudo.

A análise da produção científica no Repositório Digital LUME UFRGS teve uma amostra maior do que o Portal de Periódicos da CAPES, a qual conteve 57 trabalhos, dentre eles: Trabalhos de Conclusão de Graduação e Especialização, Artigos de Periódicos, Dissertações e Teses. Verificando-se a produção por ano, desde a vigência dos benefícios fiscais ofertados pela Lei do Bem houve produção científica, ou seja, desde 2006. O ano que mais teve trabalhos produzidos foi 2015, depois de uma redução que iniciou em 2013. No presente ano, 2016, houve 3 trabalhos. Com relação ao tipo do trabalho, que constava no próprio repositório, verificou-se que 59,65% dos trabalhos são dissertações e teses. O que também foi evidenciado no Portal de Periódicos da CAPES, a maior produção de estudos é feita por já Doutores e Mestres, porém há significativa produção de mestrandos e doutorandos. Ainda no LUME UFRGS, há uma expressiva produção de Trabalhos de Conclusão de Graduação acerca da Lei do Bem, porém são estudos que não possuem tanto grau de exigência quanto teses e dissertações.

Foi feita também uma classificação da amostra do LUME UFRGS em relação às áreas do conhecimento segundo a CNPq. A grande área que demonstrou maior produção foi a das Ciências Sociais Aplicadas. E os cursos que tiveram maior produção foram Administração, Ciências Contábeis e Economia. Houve também publicações das áreas de Ciências Humanas e

Engenharia. Há de se destacar que cada área fez uma abordagem acerca do assunto, contudo todos estavam relacionados ou diretamente à Lei do Bem ou então à inovação.

Dessa forma, esse estudo mostrou a produção científica em duas bases de dados, sob diferentes aspectos. Ainda há pouca produção científica sobre a Lei, o que traz oportunidades para mais estudos. Além disso, poderia ser feito um estudo sobre o planejamento tributário de uma empresa que se beneficie da Lei, sob o ponto de vista contábil.

Em estudos futuros, pode-se realizar a pesquisa dos termos mais utilizados nos trabalhos, assim como redes de cooperação e fazer um estudo mais aprofundado das Referências utilizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. P. **Como elaborar monografia**. 4. ed. Belém: Cejup, 1996.

BAHIA, D. S.; SAMPAIO, A. V. Diversificação e especialização produtiva na geração de inovação tecnológica: Uma aplicação para os Estados brasileiros. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 109-134, jul./set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005**. [...] dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica [...] e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm>. Acesso em 19 de jun. de 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9718.htm>. Acesso em 19 de jun. de 2016.

BRESCANSIN, A *et al.* Restrição ao uso de substâncias perigosas (RoHS) no segmento de computadores pessoais: análise da estratégia de adoção pelos fabricantes estabelecidos no Brasil. *GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, Bauru, Ano X, nº 3, p. 35-51, jul./set. 2015.

CAZAROTTO, R. T. A geografia do conhecimento na inovação do território: Um estudo a partir dos polos de inovação tecnológica – RS – Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari – RS. 2011. 275f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/29549>>. Acesso em 27 out. 2016.

COSTA, P; BIANCHINI; D. Caracterização da demanda futura de usuários da internet no Brasil: Uma contribuição para o desenvolvimento de políticas governamentais de inclusão

digital e acesso a Internet. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, Brasil, v. 5, nº 1, p. 135-162, 2008.

CPC PR, Conselho Federal De Contabilidade Do Paraná. Lucro Real, RTT e FCONT. 2012. Disponível em:

<http://www.crcpr.org.br/new/content/download/eventos/2498/LUCRO_REAL.pdf>. Acesso em 19 de junho de 2016.

ENDEAVOR. Incentivos fiscais: conheça para usar, use para crescer. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/incentivos-fiscais/>>. Acesso em 27 out. 2016.

ENDERLE, R. Capacitação tecnológica e sistemas de inovação: Uma abordagem neoschumpeteriana/evolucionária da inserção da indústria gaúcha no atual paradigma tecnoeconômico. 2012. 214f. Tese (Doutorado em Economia com ênfase em Economia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/49935>>. Acesso em 27 out. 2016.

FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade Tributária. 13. Ed. São Paulo: Atlas 2013.

FINEP, Financiadora de Estudos e Projetos. Manual de Oslo. Disponível em:

<http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf>. Acesso em 27 out. 2016.

FURNO, M. L. A Lei do Bem, como política pública incentivadora de pesquisa e desenvolvimento para inovação tecnológica na promoção de desenvolvimento econômico, e a representatividade da adesão pelas regiões brasileiras no período de 2006 a 2012. 2015. 384f. Tese (Doutorado em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento). – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/132992>> . Acesso em 27 out. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PINTEC Pesquisa de Inovação. Disponível em <<http://www.pintec.ibge.gov.br/>>. Acesso em 27 out. 2016.

LONGARAY, A, A.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In.: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LOPES, I. F.; B, I. M. Evidenciação da inovação no relatório da administração: uma análise na perspectiva da Lei do Bem (Lei Nº 11.196/2005). Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 6, nº 1, p. 109-127, jan./jun. 2016.

LUME UFRGS, LUME Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apresentação. 2016. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/apresentacao>>. Acesso em 27 de out. de 2016.

MCTI, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Lei do bem: Utilização dos incentivos fiscais à inovação tecnológica, ano-base 2014. 2015. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0240/240358.pdf>. Acesso em 27 de out. de 2016.

MURAKI, Fundação de Apoio Institucional. O que é o Manual de Frascati? Disponível em: <<http://www.muraki.org.br/novidades/o-que-%C3%A9-o-manual-de-frascati>> . Acesso em 27 out. 2016.

OLIVEIRA, A. B. S. Métodos de pesquisa contábil. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHEIRO, R. G. A et al. produção científica sobre inovação: análise da base SciELO no período de 2005 a 2012. Estudos Tecnológicos em Engenharia, São Leopoldo, vol. 10, n. 1, p. 36-48, jan./jun. 2014.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In.: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS, M. Utilize incentivos fiscais para fazer sua empresa crescer. Disponível em <<https://blog.contaazul.com/utilize-incentivos-fiscais-para-fazer-sua-empresa-crescer>>. Acesso em 27 out. 2016.

SCHERER, T. V. A influência da política de incentivo fiscal nacional no desempenho inovativo das empresas beneficiárias. 2013. 103f. Dissertação (Mestrado em Administração – Modalidade Profissional). – Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/88084>>. Acesso em 27 out. 2016.

SCHUMPETER, Joseph. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SILVA, A. C. B; OLIVEIRA, E. C.; FILHO, J. F.R. Revista Contabilidade & Finanças – USP: Uma comparação entre os períodos 1989/2001 e 2001/2014. Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, v. 16, n. 39, p. 20 – 32, set./dez. 2005.

ZUCOLOTO, G. F et al. Há endogeneidade no acesso às políticas de desenvolvimento tecnológico e exportador no Brasil? Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 39-68, jan./abr. 2013.